

Plano Intermunicipal para a Igualdade — Belmonte, Covilhã e Fundão 2017-2020

Estratégia Territorial de Combate
à Violência Doméstica e de Género



VIOLÊNCIA
ZERO

Plano Intermunicipal para a Igualdade — Belmonte, Covilhã e Fundão 2017-2020

Estratégia Territorial de Combate
à Violência Doméstica e de Género



Plano Intermunicipal para a Igualdade — Belmonte, Covilhã e Fundão 2017-2020

Estratégia Territorial de Combate à Violência Doméstica e de Género

Coordenação

CooLabora, CRL — Graça Rojão e Rosa Carreira

Acompanhamento técnico e formação

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Ana Almeida, Cláudia Mateus, Isabel Neves e João Pereira

Equipa

ACES Cova da Beira — Maria José Carrega

Associação de Escolas Pedro Álvares Cabra — Ilda Leal (NERS Belmonte)

Câmara Municipal da Covilhã — Adília Pais, Cristina Maximino e Carlos Salguinho

Câmara Municipal de Belmonte — Cristina Custódia

Câmara Municipal do Fundão — Elsa Pombo e Sandra Raposo

Centro de Respostas Integradas de Castelo Branco — Rui Romão Lino

Centro Hospitalar Cova da Beira — Paula Torgal

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã — João Maximino

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Fundão — Paula Pio

Guarda Nacional Republicana da Covilhã — David Canarias

Instituto de Emprego e Formação Profissional da Covilhã — Lurdes Gil

Pinus Verde — Sandra Carriço

Polícia de Segurança Pública da Covilhã — Hugo Gonçalves

Santa Casa da Misericórdia de Belmonte — Helena Roberto (NERS Belmonte)

UDIPSS Castelo Branco — Artur Fazenda (NERS Covilhã)

União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre — José Mariano (NERS Belmonte)

Universidade da Beira Interior (UBI) — Catarina Sales

* NERS - Núcleo Executivo da Rede Social

Junho de 2017

Plano Intermunicipal para a Igualdade

— Belmonte, Covilhã e Fundão 2017-2020

António Pinto Dias Rocha

Presidente da Câmara Municipal de Belmonte

Vítor Manuel Pinheiro Pereira

Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

Paulo Alexandre Bernardo Fernandes

Presidente da Câmara Municipal do Fundão

Graça Maria Rogeiro Pinto Rojão

Presidente da CooLabora

Plano Intermunicipal para a Igualdade — Belmonte, Covilhã e Fundão 2017-2020

VIOLÊNCIA
ZERO

Índice

Preâmbulo	6
1. As autarquias e o Plano Intermunicipal.....	8
Câmara Municipal de Belmonte.....	8
Câmara Municipal da Covilhã.....	10
Câmara Municipal do Fundão.....	12
2. Raízes do Plano Intermunicipal.....	14
3. Objectivos do Plano.....	16
4. Diagnóstico territorial.....	17
5. Eixos estratégicos e prioridades.....	30
6. Plano de Acção.....	32
Eixo 1 – Educação e Formação.....	32
Eixo 2 – Trabalho e Emprego	33
Eixo 3 – Prevenção e combate à violência doméstica e de género	34
Eixo 4 - Participação cívica, liderança e acção política para mulheres	35

Preâmbulo

O agora concretizado Plano Intermunicipal para a Igualdade dos Municípios de Belmonte, Covilhã e Fundão, foi um compromisso assumido, por uma parceria ambiciosa, da qual destaco os Municípios e a Cooperativa CooLabora, inserido na Estratégia Nacional de Territorialização do Combate à Violência Doméstica e de Género.

É fundamental, para que as políticas públicas em geral sejam eficazes, desenvolver instrumentos de planeamento que permitam, partindo de um diagnóstico prévio, estruturar a intervenção com vista à mudança em prol de um desígnio que neste caso se traduz na igualdade entre mulheres e homens, no bem-estar e no progresso.

Os instrumentos de planeamento são fundamentais para programar e implementar políticas públicas, através de prioridades, objetivos, medidas, metas e indicadores, num determinado período de tempo. Contudo, para atingir os objetivos propostos, é fundamental que o diagnóstico e o plano subsequente sejam participados por todos os agentes comunitários e que a sua implementação seja realizada em parceria e em rede, de forma harmoniosa, promotora de mudança e de transformação social.

Só através de um forte trabalho em rede é possível potenciar a capacidade de resposta a problemas transversais e estruturais das nossas comunidades, como é o caso da desigualdade de género, esta articulação é também ela determinante para a prevenção de comportamentos discriminatórios e para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

É assim, alargando a uma área intermunicipal, agindo nas comunidades, que se potenciam respostas e soluções para um território mais vasto, criando escala, diagnosticando problemas, sinalizando e partilhando recursos e respostas, encontrando melhores soluções e combatendo os problemas mais difíceis.

A cidadania constrói-se pela intervenção consciente dos direitos e deveres de cada um e de cada uma, e a participação ativa das autarquias, dos serviços públicos e da sociedade civil, enquanto agentes privilegiados de mobilização dos seus territórios, é fundamental para concretizar este desígnio.

Neste contexto, é com satisfação que testemunho a concretização deste Plano Intermunicipal dos municípios de Belmonte, Covilhã e Fundão que, unindo esforços, dão um passo estruturante para a promoção da igualdade e para o combate à violência de género nos seus territórios, contribuindo assim para o desenvolvimento, o progresso e a justiça social da Cova da Beira.

Catarina Marcelino

Secretária de Estado Para a Cidadania e Igualdade

1. As autarquias e o Plano Intermunicipal

Câmara Municipal de Belmonte

“Conseguir o amor de alguém que te despreza, ou a quem és indiferente, é uma tarefa bastante mais difícil do que atirá-la ao chão com um murro (...) julgando conseguir por meio da força, aquilo que não alcança por meio da ternura e da inteligência”, referiu o escritor espanhol, Rafael Chirbes.

A evolução dos tempos deveria levar ao apuramento da nossa civilidade. Contudo, as paixões humanas mantêm a marca da sanguinidade e da violência. Nos tempos que correm, ainda há quem atire ao chão as pessoas que não entendem por serem diferentes no pensar, no género, na pele, nas ideias... É impossível ficarmos alheios a esta realidade e é impensável ficarmos neutros perante as suas consequências.

As fricções sociais não esbatem as desigualdades, pelo contrário, dão-lhes mais visibilidade, exacerbam as suas pulsões. É preciso uma inteligência social para a integração da diferença, para a pacificação dos choques culturais que nos afligem. E nesta batalha, os poderes públicos devem assumir as suas responsabilidades. É urgente dar atenção às feridas da sociedade e à posição dos mais fracos, dos humilhados, dos indefesos. Homens e mulheres que vivem verdadeiros dramas, quantas vezes na sua privacidade, longe dos olhos do mundo. Cabe-nos o papel de os/as identificar, de os/as proteger, de os/as sarar, de os/as reintegrar.

Mas a nossa responsabilidade vai mais longe. É preciso reeducar a nossa sociedade, promover novos valores, mostrar novos caminhos – sobretudo a gerações mais novas.

Assim, o município de Belmonte quer mostrar o seu empenhamento nesta causa de todos e mostrou desde a primeira hora, a sua vontade inequívoca de integrar o Plano Intermunicipal para a Igualdade, para que de um modo amplo e concertado entre as diferentes entidades, se consiga uma nova cultura de Igualdade de Género. Estamos empenhados numa sociedade mais justa e mais humana. Não estamos sós nesta batalha."

António Dias Rocha

Presidente da Câmara Municipal de Belmonte

Câmara Municipal da Covilhã

A valorização da temática da Igualdade do Género nas políticas públicas de âmbito local são princípios fundamentais de boa governação. A cooperação entre Administração Central, as Autarquias Locais, as entidades com competência em matéria de proteção social e as organizações não-governamentais são fundamentais nos domínios da integração da Igualdade de Género, da eliminação dos estereótipos e da promoção da cidadania, resultando num importante factor de coesão social.

De acordo com o Roteiro para a Igualdade entre homens e mulheres, e face ao Parecer do Comité para as Regiões da U.E., cabe às autarquias um papel fundamental na promoção da igualdade de género, dado que são elas que estão mais próximas dos cidadãos e das cidadãs e dos problemas que as/os afetam e, conseqüentemente, devem constituir um exemplo positivo de não discriminação, tendo em conta o seu papel e dimensão, e a maior quota de responsabilidade nas questões sociais, culturais, educacionais e económicas da vida local.

Neste contexto, importa trabalhar os territórios mais desprovidos de respostas na área da violência doméstica e de género, implementando e desenvolvendo estratégias em rede que promovam as condições mínimas necessárias ao apoio e proteção das vítimas, de acordo com o princípio da rentabilização dos recursos disponíveis.

A Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género procura uma territorialização das respostas na área da violência, articulando recursos no âmbito das ações de formação e sensibilização, partilha de boas práticas, capacitação coletiva das diversas entidades, tendo em vista uma cobertura nacional progressiva dos serviços de apoio e proteção à vítima e em harmonia com o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017).

O Município da Covilhã envidará todos os esforços necessários para que o processo de implementação do Plano Intermunicipal para a Igualdade promova verdadeiras culturas organizacionais para a Igualdade de Género contribuindo de forma eficaz para ações estratégicas, concertadas, planeadas e efetivas, através de uma agenda local e regional que aposte em políticas públicas numa perspectiva de desenvolvimento de combate à violência de género, como fator fundamental ao empoderamento social.

Vítor Pereira

Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

Câmara Municipal do Fundão

As políticas promotoras de Igualdade de Género constituem hoje um requisito de boa governação enquanto facilitadoras de dinâmicas e sinergias que conduzem à melhoria de vida das populações, sendo este factor ainda mais relevante a nível local.

As Comunidades Intermunicipais são um palco privilegiado para a concepção de acções conjuntas e concertadas, rentabilizando os recursos disponíveis, consolidando esforços e elaborando referenciais de actuação conjunta contribuindo para a definição e harmonização de intervenções na área da Igualdade de Género.

É partindo deste pressuposto que o presente Plano Intermunicipal para a Igualdade se reveste da mais fulcral importância, no sentido de implementar uma política intermunicipal que efective no território o reforço da intervenção nos domínios da promoção da coesão social e na redução de desigualdades, desconstruindo estereótipos de género e implementando medidas concretas que promovam a formação de cidadãos.

Os Projectos e/ou acções agora identificados visam de uma forma global: um melhor conhecimento da realidade local; a minimização e/ou erradicação de factores de exclusão ou de risco social e económico; a visibilidade do modo de vida e da actividade local enquanto incentivadores de uma cidadania activa; uma maior e melhor apropriação dos espaços locais atribuindo-lhes vida e identidade; a prestação de serviços de proximidade que facilitem o acesso eficiente a respostas e medidas locais e/ou nacionais; o reconhecimento e identificação com a história e tradições locais com a consequente promoção de um sentimento de pertença; e a introdução e apropriação de conceitos e comportamentos fomentadores do respeito pelo ambiente e de hábitos de vida saudável.

O conjunto de objectivos apresentado concorre assim para a igualdade de género na medida em que promove, de acordo com a especificidade de cada um mas de uma forma geral, para a promoção de dinâmicas facilitadoras da conciliação da vida familiar e da igualdade de oportunidades e não discriminação através da melhoria global da qualidade de vida dos e das cidadãos/ãs do concelho do Fundão, Covilhã e Belmonte seja pela oportunidade de fruição de espaços ou de medidas/respostas, seja pela rentabilização de tempos de lazer e/ou de trabalho. De igual modo constituem sinergias impulsionadoras da devida rentabilização social de recursos, meios, oportunidades e espaços, colocados ao dispor da população.

Constituindo os projectos em questão um compromisso directo com a população com reflexos, que se esperam positivos, no dia a dia de cada um e de cada uma, constituem, de igual modo, cada um deles para a Autarquia e restante consórcio de parceiros, um compromisso com a contínua melhoria e realização de acções futuras que no mesmo sentido conduzam à fixação da população pela qualidade de vida a garantir.

Paulo Fernandes

Presidente da Câmara Municipal do Fundão

2. Raízes do Plano Intermunicipal

O Plano Intermunicipal Para a Igualdade de Belmonte, Covilhã e Fundão surge por iniciativa da Secretaria de Estado Para a Cidadania e Igualdade, no âmbito do Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género assinado em Junho de 2016. Segundo este documento “A Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género visa uma territorialização das respostas na área da violência, enfatizando as ações de formação, sensibilização e aprofundamento do conhecimento, devidamente articulado, designadamente com as forças de segurança, as entidades com competência em matéria de proteção social e as organizações não-governamentais, tendo em vista uma cobertura nacional progressiva dos serviços de apoio e proteção à vítima”.

Desta forma, o protocolo veio reforçar a intervenção da rede Violência Zero coordenada pela Coolabora e existente desde 2009, bem como o papel dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica e a articulação entre estes e a Coolabora. Neste contexto surgiu uma nova parceria¹, com o acompanhamento da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e da Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade (SECI).

1 A rede de entidades parceiras passou a ser constituída por: Administração Regional de Saúde do Centro (Centro de Saúde da Covilhã, Centro Hospitalar Cova da Beira e Centro de Respostas Integradas); Câmaras Municipais de Belmonte, Covilhã e Fundão; Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco; Comando Territorial da GNR de Castelo Branco; Comando Distrital da PSP de Castelo Branco; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Belmonte, Covilhã, Fundão; COOLABORA; Delegação Regional do Centro do IEFP; Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; DGEstE– Direção de Serviços da Região Centro; Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses; Procuradoria da República da Comarca de Castelo Branco; Pinus Verde e Universidade da Beira Interior, com o acompanhamento da Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

O Protocolo tem **quatro eixos de acção:**

- ◆ Apoio a vítimas de violência doméstica e de género através de serviços de informação, atendimento e encaminhamento em cada um dos três concelhos;
- ◆ Implementação de acções de sensibilização para públicos estratégicos e para a comunidade;
- ◆ Reforço do trabalho em rede na resposta a vítimas; e a
- ◆ Elaboração e execução de Plano Intermunicipal para a Igualdade.

O processo de elaboração do presente Plano Intermunicipal para a Igualdade teve início com uma acção formativa para a equipa da parceria, ministrada pela CIG. Após essa formação foi constituída a equipa responsável pela elaboração do documento com representantes das autarquias de Belmonte, Covilhã e Fundão e vários membros da parceria, com a coordenação da CooLabora. Este grupo realizou reuniões presenciais, completadas com trabalho à distância, consensualizando o conteúdo do documento, nomeadamente as linhas de orientação estratégica e as actividades propostas.

Como é notório no Plano, não se pretendeu definir um somatório de actividades, cada uma para seu concelho, mas antes criar uma efectiva cooperação intermunicipal, fazendo jus ao objectivo acordado no início e que serviu de ponto de partida: potenciar as intervenções existentes; promover a partilha de recursos; reforçar as competências locais e concertar estratégias de intervenção para a igualdade de género.

3. Objectivos do Plano

Este Plano Intermunicipal para a Igualdade tem por objectivo central potenciar as intervenções existentes no território abrangido pelos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão relativas à promoção da igualdade de género.

Vem pois reforçar, numa lógica de subsidiariedade, as actuações dos três municípios no âmbito dos seus planos municipais para a igualdade, quando existam, bem como de outras entidades locais que promovem a igualdade ou que têm uma posição estratégica nesta matéria pretende-se:

- ◆ **Potenciar** as intervenções existentes relativas à promoção da igualdade entre mulheres e homens;
- ◆ Promover a **partilha de recursos** e de informações entre os três concelhos;
- ◆ Reforçar o **conhecimento** dos agentes locais em matéria de igualdade de género;
- ◆ Aumentar a **visibilidade** das políticas locais para a igualdade de género e concertar estratégias de intervenção.

Nesta fase de intervenção consideraram-se quatro áreas prioritárias ao nível da cooperação intermunicipal em matéria de promoção da igualdade de género: a educação e formação, pelo seu potencial de transformação social; o trabalho e emprego, pelo seu carácter estruturante na vida das famílias e pelas desigualdades detectadas na região, nomeadamente ao nível das discriminações remuneratórias; a violência doméstica e de género, assumindo-se que este problema é uma clara violação de direitos humanos e, por fim, a participação das mulheres na esfera pública, nomeadamente na liderança e na acção política, por ter sido identificada em diagnóstico e por se considerar que é um aspecto fundamental na materialização da democracia.

4. Diagnóstico territorial

Os concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão situam-se geograficamente na Cova da Beira. Apresentam em comum dados demográficos que nos dão conta de uma região de interior com os traços que lhe são característicos: envelhecimento populacional, perda de população residente e, conseqüentemente densidade populacional baixa.

Quadro 1 - Demografia e território

Concelho	Área Km2	População			Densidade populacional ³	Índice envelheci- mento 2015 ⁴
		Residente ²	M	H		
Belmonte	118,80	6531	3386	3145	54,9 hab/km2	245,6
Covilhã	555,6	48741	25560	23181	87,7 hab/km2	223,1
Fundão	700,1	27714	14495	13219	39,7 hab/km2	242,0

INE 2013 e 2015

Do quadro anterior ressalta que são três concelhos com pesos demográficos distintos. Do total dos cerca de 83 mil habitantes, residem em Belmonte 7,9%, na Covilhã 58,7% e no Fundão 33,4%. Em todos estes concelhos a população é maioritariamente constituída por mulheres, com um peso de cerca de 52% do total. No que diz respeito à densidade populacional, há algumas diferenças, com o Fundão com valores mais baixos. No que diz respeito ao índice de envelhecimento há uma similitude em toda a área geográfica.

2 INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, segundo a divisão administrativa correspondente à Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 (CAOP2013) e a nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015.

3 Estimativas anuais da população residente (INE, 2015)

4 Estimativas anuais da população residente (INE, 2015)

Quadro 2 - Educação e formação por sexo

Concelho	Taxa de analfabetismo		% Indivíduos que não terminaram ensino secundário		% de mulheres nos indivíduos que terminam curso superior
	M	H	M	H	Ano 1960
Belmonte	12,7	8,1	76,5	79,5	22,7
Covilhã	9,9	4,4	69,8	72,9	21,3
Fundão	13,9	7,1	79,7	75,5	6,7

INE 2011 e Pordata 2011

Como se pode verificar no quadro acima, nos três concelhos encontramos disparidades entre homens e mulheres no que se refere à educação que mostram cumulativamente a mudança social ocorrida nas últimas décadas. De facto, e se olharmos para a taxa de analfabetismo e para os números que nos retratam, por sexo a finalização do ensino secundário e superior hoje, podemos constatar que houve um volte-face no acesso das mulheres à educação já que se passa de uma taxa de analfabetismo muito superior das mulheres a uma predominância destas no ensino secundário e superior. Persiste, no entanto, a necessidade de intervir nas escolas já que o acesso ao trabalho remunerado e a cargos de chefia continua a apresentar obstáculos às mulheres que não apresenta aos homens. Sensibilizar o corpo docente e as crianças e jovens para a importância de uma igualdade de oportunidades plena poderá ser um dos objectivos de uma intervenção nesta área.

Também as entidades empregadoras podem beneficiar de uma intervenção concertada que as desafie a terem nas suas agendas as preocupações com a igualdade de género e a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Caberá neste caso, aos municípios, bem como aos restantes agentes, incentivarem as entidades empregadoras a uma postura mais activa na procura

de medidas que promovam os direitos de mulheres e homens a um usufruto mais igualitário da família, do trabalho e do lazer.

Quadro 3 - Emprego e remuneração por sexo

Território	Taxa de emprego % em 2011		Ganhos médios mensais em 2013 ⁵		Remuneração média mensal em 2013 ⁶		Desemprego Março 2017 ⁷
	M	H	M	H	M	H	M
Belmonte	37,4	67,3	644 €	876 €	582 €	750 €	188
Covilhã	39,4	48	785 €	916 €	685 €	761 €	1260
Fundão	35,7	46,5	736 €	834 €	650 €	703 €	670

INE 2011, Pordata 2013

As desigualdades de género que afectam homens e mulheres em áreas como a educação, o emprego, o desemprego, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional e ainda a participação na vida pública, contribuem para uma sociedade menos coesa e menos equilibrada e tornam-se por isso um alvo prioritário para as entidades públicas e privadas que pretendem contribuir para a construção de sociedades mais justas e que trazem mais qualidade de vida a todas as pessoas que as constituem.

O quadro anterior ilustra bem estas desigualdades com as mulheres a registarem sempre ganhos médios mensais inferiores aos homens. Se no Fundão esta diferença é de 98€, na Covilhã passa para 129€ e em Belmonte encontramos o valor mais desigual, com um diferencial de 232€.

5 Ordenado médio, por mês, com horas extra, subsídios ou prémios.

6 Ordenado médio, por mês, das pessoas empregadas por conta de outrem.

7 Desemprego registado por concelhos – Estatísticas Mensais (Março 2017), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Quadro 4 - Participação na vida política por sexos - Candidatos/as e eleitos/as por concelho para as Câmaras Municipais nas eleições autárquicas 2013

Concelho	Candidatas / Candidatos			Eleitas / Eleitos	
	H	M	% M	H	M
Belmonte	15	7	31,8	4	1
Covilhã	20	8	28,6	6	1 ⁸
Fundão	20	11	35,4	6	1

Fonte: CNE

No que se refere à participação das mulheres na vida pública, nomeadamente na vida política, podemos constatar, e de acordo com os dados disponíveis para as autarquias em análise, que a percentagem de mulheres a exercer cargos de responsabilidade política é mínima.

Nas três câmaras municipais, a Covilhã não tem mulheres no executivo, Fundão e Belmonte têm uma mulher na vereação. Nas últimas eleições autárquicas, a lista que ganhou as eleições para a Câmara Municipal da Covilhã apresentava uma percentagem de 22% de mulheres, a do Fundão apresentava 23,8% de mulheres e a de Belmonte 15,3%. Nenhuma das 5 listas da Covilhã apresentava uma mulher em primeiro lugar. Já em Belmonte, das 3 listas que se apresentaram a eleições, 2 delas foram lideradas por mulheres mas a vencedora foi a liderada por um homem.

No Fundão, das 5 listas candidatas, 1 era liderada por uma mulher. Estes dados retratam uma realidade nacional que em concelhos de pequena ou média dimensão como estes em análise se agravam pela pressão social que é exercida sobre as mulheres por se considerar que a vida familiar é da sua integral responsabilidade e que será descurada com o exercício de cargos políticos. E, como sabemos, essa pressão nem sequer tem que ser exercida directamente

⁸ A candidata eleita pediu demissão alguns meses depois da eleição.

sobre as próprias sendo transmitida subliminarmente através dos modelos de organização da vida familiar vigentes.

Violência doméstica e de género em análise e seu reflexo no Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (GAVVD)

Uma vez que este plano se integra na estratégia territorial de prevenção e combate à violência doméstica e de género, referimos com particular destaque esta questão.

As desigualdades de género patentes nos dados estatísticos referidos atrás são causa e também consequência de uma sociedade baseada em padrões culturais dominantes que têm contribuído para o papel subalterno das mulheres pois continuam marcados por valores tradicionais complacentes com a discriminação de género e que são obstáculo à plena realização de homens e mulheres.

As desigualdades e os valores culturais que lhes estão subjacentes colocam as mulheres numa situação de maior fragilidade face a problemas como a pobreza, a exclusão social e a violência doméstica.

De acordo com o mais recente Relatório Anual de Segurança Interna, relativo ao ano de 2016, o crime de violência doméstica contra cônjuges ou análogos ocupa a 2ª posição, sendo que em 2015 situava-se em 4º lugar, o que nos mostra um aumento, ao nível nacional, de 1,4% na participação deste tipo de ilícito (22 773 participações), sendo uma das duas categorias criminais que registaram um aumento em 2016.

Este aumento verifica-se igualmente no nosso distrito, tendo-se registado um total de 462 participações, o que significa um acréscimo de 4,3% relativamente ao ano de 2015. Aliás, esta tendência verificou-se na procura dos serviços do GAVVD que em 2016 registou um aumento de 1,1% no número de casos anuais.

Quadro 5 - Dados sobre violência doméstica em 2016

Concelhos	Nº de ocorrências de VD	Nº total de participações criminais	% de crimes de VD em relação às participações criminais
Belmonte, Covilhã e Fundão	219	2283	9,6%

Fonte: Ministério Público da Covilhã e Ministério Público do Fundão

O crescimento da sua procura é aliás uma tendência nos últimos anos. Já no ano de 2015 se registara um aumento de 5% na procura dos serviços do GAVVD comparativamente ao ano anterior, tendo havido um total de 125 vítimas novas (111 do sexo feminino e 14 do sexo masculino) a procurar os serviços de apoio psicológico, informação jurídica e encaminhamento social.

Interessa ainda referir que as 219 participações criminais registadas em 2016 pelo Ministério Público relativas aos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão representam 47,4% do total de participações distritais (462), o que vem reforçar a predominância da problemática da violência doméstica nestes 3 concelhos, principalmente se considerarmos que o distrito é composto por um total de 11 municípios.

Caracterização por concelho

Belmonte

O concelho de Belmonte ocupa uma área de 118,80 Km². Segundo os dados do INE, registava-se uma população residente de 6531⁹ habitantes em 2015 correspondendo a uma taxa de variação negativa de -4,2% tendo em conta os últimos censos de 2011. Trata-se de um concelho no qual a densidade populacional é bastante baixa, traduzida em 55 hab./Km².

A este valor junta-se um elevado índice de envelhecimento (245,6¹⁰), justificado pelo envelhecimento da população, que se traduz no elevado número de pessoas idosas (+65 anos¹¹) que ultrapassa o número de jovens com idades inferiores a 15 anos de idade.

Segundo os dados mais recentes e que nos chegam do INE remontando a 2011, Belmonte apresenta baixos níveis de qualificação da população com 79,5% dos homens e 76,5% das mulheres sem o ensino secundário completo. A taxa de analfabetismo é também elevada (8,1%, para os homens e 12,7% para as mulheres). Mas a evolução positiva da percentagem de mulheres que termina o ensino superior mostra um caminho que leva à igualdade de oportunidades: em 1960 apenas 22,7% das pessoas licenciadas eram mulheres e em 2011 Belmonte contava com uma maior proporção de mulheres licenciadas relativamente aos homens (64,3%).

⁹Estimativas anuais da população residente, INE

¹⁰Segundo valores previsionais do INE, o concelho de Belmonte registava um índice de envelhecimento em 2015 de 245,6, ao passo que em 2011 o mesmo índice equivalia a 216,1.

¹¹Em 2015, o número de pessoas idosas (+65 anos) situava-se nos 1653 e em 2011 nos 1722. Quanto à população jovem com idades inferiores a 15 anos, encontrava-se em 2015 nos 673 e em 2011 nos 797.

A conjugação destes factores: baixo nível de qualificação e altas taxas de analfabetismo constitui um obstáculo à inserção profissional. Em Março de 2017¹² havia 188 homens e 181 mulheres registados/as no Centro de Emprego. Assim, a reduzida escolaridade aliada à escassa qualificação profissional, transformam estas pessoas desempregadas em trabalhadores/as indiferenciados/as a quem são atribuídos salários reduzidos.

A taxa de emprego em 2011 (INE) evidencia alguma disparidade entre homens e mulheres já que ela se situa nos 67,3% para os homens e nos 37,4% para as mulheres, implicando uma menor independência económica das mulheres. A PORDATA mostra que as mulheres apresentam valores bem mais reduzidos que os homens quando têm um emprego por conta de outrem. No que se refere aos ganhos mensais, em 2013, os homens recebiam em média 876 euros e as mulheres 644 euros. Já em termos de remuneração média mensal, as mulheres não passam dos 582 euros mensais e os homens chegam aos 750 euros. Se compararmos com a média nacional verificamos que a desigualdade por sexos se mantém mas os valores aumentam consideravelmente.

A média mensal de ganhos no país para as mulheres é de 957,6 euros e para os homens chega aos 1208,8 euros e a remuneração média mensal a nível nacional é de 815,6 euros para as mulheres e de 993,2 euros para os homens.

Segundo valores provisórios do INE (2016) o concelho de Belmonte evidenciava a taxa de criminalidade mais elevada comparativamente aos restantes territórios em análise (32,9%¹³). Se analisarmos os crimes registados face à categoria de crime “contra as pessoas”, verifica-se que foram registados 99¹⁴ em 2016 e 100¹⁵ em 2011.

¹²Desemprego registado por concelhos – Estatísticas Mensais (Março 2017), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

¹³Taxa de criminalidade registada em 2011 (43,8%)

¹⁴Crimes registados pelas autoridades policiais em 2016 (valores provisórios- INE)

¹⁵Crimes registados pelas autoridades policiais, segundo os censos de 2011 (INE)

Covilhã

O concelho da Covilhã aponta para uma população 48741¹⁶ habitantes, maioritariamente feminina (52%) e concentrada na cidade ou nas freguesias da periferia urbana (48%). Apresenta uma forte tendência para o envelhecimento populacional, situando-se o respectivo índice nos 223,1¹⁷, acima da média nacional que ronda os 118. Refira-se que para as 5621 crianças e jovens com menos de 15 anos registadas em 2015, a população com mais de 65 anos é de 12539.

O concelho tem vindo a perder população nas últimas décadas, processo que teve um ligeiro abrandamento entre 2000/2010, estimando-se que actualmente o abandono da região tenha atingido novamente níveis muito elevados, sobretudo no que diz respeito à população mais jovem. A densidade populacional situa-se nos 87,7 hab. por km².

As desigualdades de género, que colocam as mulheres em situação de maior vulnerabilidade social, estão patentes nas várias áreas da vida económica e social.

Na educação constata-se a existência de uma maior proporção de mulheres a atingir níveis de instrução elevados, como se pode verificar pelos valores da relação de feminilidade no ensino secundário que revelam haver um maior número de mulheres a frequentar e a concluir com sucesso estes níveis de ensino. No entanto, continuam a existir fortes disparidades, uma que vez que o número de mulheres analfabetas representa quase o dobro do dos homens (9,9% M para 4,4% H em 2011) e que os elevados níveis de instrução das mulheres não têm

16 Em 2011 o concelho da Covilhã registava uma população residente que rondava os 51196, o que comparativamente a 2015 corresponde a uma taxa de variação negativa de -4,8%, tendo em conta os valores provisórios do INE

17 Valores provisórios para 2015 (INE)

assegurado iguais oportunidades no acesso ao emprego e na progressão na carreira, o que se repercute na sua fraca presença em cargos directivos ou de chefia e em determinados percursos profissionais melhor remunerados.

Tomemos como exemplo a percentagem de pessoas que em 2011 não tinham terminado o ensino secundário e que na Covilhã se situam ligeiramente acima da média nacional: 72,9% dos homens e 69,8% das mulheres e ainda o notável crescimento das mulheres que terminaram o ensino superior em 1960 que passa de 21,3% para 60,7% em 2011.

Analisando o emprego sob o ponto de vista do género, desde os anos 60 que se verificam taxas de actividade feminina elevadas, especialmente devido à estrutura produtiva assente em actividades de mão-de-obra intensiva. O trabalho operário, sobretudo na indústria de lanifícios e nas confecções teve um peso muito forte em todo o concelho e fez com que a população feminina tivesse um papel muito relevante no trabalho remunerado. A forte crise que estes dois sectores têm sentido levou ao encerramento da quase totalidade das empresas de confecções e de uma parte significativa das unidades têxteis, colocando num desemprego sem perspectivas, grandes contingentes de mulheres, com níveis de habilitações muito baixos. Em Março de 2017¹⁸ estavam registados/as no Centro de Emprego, 1260 homens e 1155 mulheres.

A taxa de emprego dos homens e das mulheres tem sido sempre diferenciada e sempre no mesmo sentido com a dos homens largamente superior à das mulheres. A dos homens situa-se em 2011 nos 48% e a das mulheres nos 39,4%. Não obstante a sua presença de longa data no mercado de trabalho, as mulheres do concelho auferem em média menos do que os homens. No que se refere aos ganhos médios mensais e para homens e mulheres a trabalhar por conta de outrem, elas recebem menos 131 euros. Já no que se refere à remuneração mensal, a diferença é de menos 76 euros para as mulheres.

Segundo os valores provisórios do INE em 2016 indicam que foi o concelho com a taxa de criminalidade mais baixa comparativamente aos restantes territórios em

¹⁸ Desemprego registado por concelhos – Estatísticas Mensais (Março 2017), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

análise (23,1%¹⁹). Se analisarmos os crimes registados face à categoria de crime “contra as pessoas”, verifica-se que foram registados 412²⁰ em 2016 e 424²¹ em 2011.

Fundão

O concelho do Fundão tem uma população de 27714 indivíduos²² que se distribui por 701,65 km². Isto dá-nos uma densidade populacional de 39,7 hab/Km². Tal como nos restantes concelhos do interior do país, verifica-se uma oposição entre a sede de concelho, que regista os maiores quantitativos populacionais e as restantes freguesias mais rurais.

Com uma localização privilegiada devido à proximidade a três importantes áreas urbanas da Beira Interior (Castelo Branco, Covilhã e Guarda), este concelho insere-se num território que apresenta dinâmicas populacionais que se traduzem num decréscimo populacional (-4,4% correspondente a uma perda de 1226 habitantes entre 2011 e 2015).

Nas últimas décadas verifica-se a crescente diminuição das classes mais jovens, o que espelha de modo bastante claro a crescente tendência para o envelhecimento da população. Importante referir que o número de pessoas com mais de 65 anos (7626²³) excede o dobro das crianças e jovens com 15 ou menos anos (3151²⁴).

19 Taxa de criminalidade registada em 2011 (24,6%)

20 Crimes registados pelas autoridades policiais em 2016 (valores provisórios- INE)

21 Crimes registados pelas autoridades policiais, segundo os censos de 2011 (INE)

22 Estimativas provisórias anuais da população residente (INE, 2015)

23 Estimativas provisórias anuais da população residente (INE, 2015)

24 Estimativas provisórias anuais da população residente (INE, 2015)

A diminuição da população jovem e o aumento da população idosa acarreta consigo o incremento dos níveis de dependência, que se constituem problemáticos pelas peculiaridades deste grupo populacional, reflectindo-se num índice de envelhecimento de 192,7.

O efeito da diminuição da fecundidade e da taxa de natalidade tem tradução na diminuição do número de crianças no concelho do Fundão a partir de 2011. Entre 2011 e 2021 projecta-se uma diminuição de 103 crianças com estas idades, sendo que na próxima década o decréscimo será superior (-140 crianças).

As baixas qualificações são um fenómeno nacional que no concelho do Fundão se traduzem nos números disponíveis em 2011²⁵. Assim, para uma taxa de analfabetismo masculina de 7,1%, o concelho apresenta uma taxa de analfabetismo feminino de 13,9%. No entanto, actualmente nota-se uma inversão destes valores se tomarmos em conta os níveis de escolaridade. Como exemplo temos a população que não chegou a terminar o ensino secundário já que a percentagem de homens é superior em 4% à das mulheres. Dados reforçados quando nos debruçamos sobre o ensino superior: de 1960 para 2011 a percentagem de mulheres do concelho que completam o ensino superior passa de 6,7% para 63,6%²⁶.

Comparativamente com a média de Portugal continental, a população empregada no Fundão é um pouco menos qualificada. Cumulativamente, os ganhos médios mensais e a remuneração são também mais baixos. No entanto, as disparidades acontecem também dentro do próprio concelho, entre homens e mulheres, como se pode verificar pelos números que a seguir se apresentam. Em 2013²⁷ os ganhos médios mensais dos homens eram de 834 euros enquanto os das mulheres não passavam dos 736 euros. Já no que se refere à remuneração média mensal, as mulheres conseguem 650 euros e os homens chegam aos 703 euros. Em relação ao território nacional temos então duas disparidades: as de

25 PORDATA

26 Idem

27 Ibidem

género e as de interioridade já que os ganhos médios mensais nacionais são de 1208,8 euros para os homens e de 957,6 euros para as mulheres.

Também a taxa de emprego é mais favorável aos homens neste concelho: em 2011 46,5% pertence aos homens e 35,7% às mulheres. Quanto ao desemprego, os números andam muito próximos entre homens e mulheres com registo no Centro de Emprego em Março de 2017²⁸: 662M e 670H.

Segundo os valores provisórios do INE, em 2016 o concelho do Fundão apresenta a segunda taxa de criminalidade mais baixa comparativamente aos restantes territórios em análise (25,1‰²⁹). Se analisarmos os crimes registados face à categoria de crime “contra as pessoas”, verifica-se que foram registados 226³⁰ em 2016 e 171³¹ em 2011, o que corresponde, face ao território em análise e segundo esta categoria, ao único concelho que registou um agravamento neste crime.

Em suma, trata-se de um território onde as desigualdades de género se manifestam de forma persistente, à semelhança do que se passa em todo o território nacional, mas com particularidades próprias advindas do facto de se tratar de uma região com características vulgarmente associadas à interioridade, com especial destaque para a demografia, níveis de educação e formação, oportunidades económicas de acesso ao emprego e a acessibilidades, nomeadamente a serviços públicos e a respostas sociais. A elaboração deste diagnóstico defrontou-se com a dificuldade de acesso a estatísticas concelhias desagregadas por sexo, uma área onde se reconhece que há ainda um longo caminho a percorrer.

28 Desemprego registado por concelhos – Estatísticas Mensais (Março 2017), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

29 Taxa de criminalidade registada em 2011 (26,1‰)

30 Crimes registados pelas autoridades policiais em 2016 (valores provisórios- INE)

31 Crimes registados pelas autoridades policiais, segundo os censos de 2011 (INE)

5. Eixos estratégicos e prioridades

Pretende-se que este plano seja subsidiário à actuação dos três municípios e demais organizações do território, potenciando aquilo que já está em curso. Propõe-se uma partilha de recursos interconcelhia, o reforço do conhecimento e da capacidade de intervenção dos agentes locais em matéria de igualdade de género. Espera-se que o plano aporte maior visibilidade às políticas locais para a igualdade de género e que as coloque no centro da agenda política.

Adoptam-se quatro eixos estratégicos, definidos em função dos objectivos consensualizados e do diagnóstico de necessidades elaborado: educação e formação; trabalho e emprego; violência doméstica e de género; participação cívica, liderança e acção política das mulheres.

Na **Educação e Formação** aposta-se na formação de docentes e funcionários/as das escolas, pelos efeitos multiplicadores que geram intervenções junto destes públicos. Reforça-se essa intervenção com acções para alunos e alunas, tendo como estratégia de mobilização as metodologias participativas, pelo seu potencial transformador, e actividades que ligam a arte a uma dimensão festiva transformadora. Cabe neste ponto o festival de vídeo, bem como o *One Billion Rising*, uma dança colectiva realizada no dia 14 de Fevereiro de cada ano e a celebração do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Com estas acções pretende-se incentivar cosmovisões mais equitativas e libertas de estereótipos de género.

No **Trabalho e Emprego** preconiza-se uma intervenção assente na valorização das práticas que as organizações locais têm já implementadas e em acções que favorecem a aprendizagem colectiva em torno de medidas que promovem sociedades mais igualitárias para homens e mulheres, nomeadamente do ponto de vista da progressão na carreira e da igualdade remuneratória. Reitera-se a

importância das medidas de conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional.

A **prevenção e combate à violência doméstica e de género** é estruturante neste plano e está patente, por um lado, nas medidas directas de apoio às vítimas através da criação de respostas de proximidade e do trabalho em rede da parceria e, por outro lado, na aposta em medidas preventivas, nomeadamente através das acções de sensibilização da comunidade para o problema da violência, procurando-se reduzir a tolerância social face a este fenómeno. Estão previstas várias acções de sensibilização, recorrendo-se a debates, exposições artísticas e a campanhas no território.

Reforçam-se ainda as competências técnicas de intervenção, seja através da realização de uma acção de formação TAV - técnicas/os de apoio a vítimas, seja pelo fortalecimento das competências das equipas da parceria.

Na **Participação cívica**, liderança e acção política para mulheres pretende-se reforçar a presença das mulheres na esfera pública distinguindo as mulheres notáveis e dando visibilidade às participações que já existem. Promove-se ainda o conhecimento ao nível local sobre o papel da participação das mulheres para a qualidade da democracia.

Este Plano Intermunicipal tem um horizonte temporal de quatro anos e é um primeiro passo num território onde os planos para a igualdade ao nível concelhio ou intra-organizacional são ainda, de modo geral, muito tímidos.

Optou-se por construir um plano realista, exequível e capaz de lançar bases para que a igualdade de género seja progressivamente assumida como uma prioridade nas políticas locais, tendo em vista uma sociedade mais democrática e justa.

6. Plano de Acção

Eixo 1 – Educação e Formação

Acções	Objectivos Específicos	Calendarização	Metas	Indicadores	Promotor(es) e parcerias	Recursos
1. Organizar 2 oficinas de formação para docentes, acreditada pelo CCPFC no âmbito do projecto da UBI financiado pelo POISE, com a duração de 30 horas cada.	Formar docentes dos ensinos básico e secundário sobre a igualdade de género em contexto escolar.	Ano lectivo 2017/18	- Realizar 2 formações (Covilhã e Fundão) - Formar 24 docentes em igualdade de género	- N° de participantes; - Avaliação da acção pel@s participantes.	Promotora: - UBI Parceria: - Municípios.	- Formador@s; - Salas de formação; - Recursos pedagógicos.
2. Realizar 2 sessões formativas sobre igualdade de género para docentes de Belmonte com a duração de 4 horas cada.	Sensibilizar @s docentes do ensino básico e secundário para a promoção da igualdade de género em contexto escolar.	Junho 2017 Junho 2018	- Sensibilizar anualmente pelo menos 30 docentes nas 2 acções	- N° de participantes; - Avaliação da acção pel@s participantes.	Promotora: - CooLabora Parceria: - Municípios e Agrup. Escolas Belmonte	- Formador@s; - Salas de formação; - Recursos pedagógicos.
3. Realizar uma mostra de vídeos em cada agrupamento da região destinada a alun@s do 9º ano, seguida de debate.	Sensibilizar @s alun@s do 9º ano sobre igualdade de género	2016/17 2017/18 2018/19 2019/20	- Sensibilizar anualmente pelo menos 200 jovens dos 3 concelhos (3 sessões por ano lectivo).	- N° de participantes; - Avaliação das acções pel@s participantes.	- Câmaras (articulação com escolas e logística) - CooLabora - Parceria	- Dinamizador@s para realização das acções; - Selecção de vídeos; - Secretariado.
4. Celebrar anualmente o Dia d@s Namorad@s (Fevereiro) com a realização em cada concelho de uma acção de dança no âmbito da campanha mundial One Billion Rising para alun@s a partir do 3º Ciclo.	Sensibilizar a comunidade educativa para a violência no namoro e para a necessidade de promoção de comportamentos e atitudes de intolerância social face à violência.	2016/17 2017/18 2018/19 2019/20	- Sensibilizar anualmente pelo menos 1500 jovens dos 3 concelhos (3 sessões por ano lectivo envolvendo as escolas e a rede social local).	- N° de participantes; - N° de escolas e entidades envolvidas.	- Câmaras (logística: palco, vídeos, transportes...) - CooLabora: (coordenação) - Parceria: (divulgação e participação).	- Material de divulgação; - Logística: transportes, disponibilização de espaço.
5. Celebrar anualmente o Dia Internacional da Mulher com um evento num agrupamento escolar de cada um dos 3 concelhos: exposições itinerantes, acções de rua e/ou debates.	Sensibilizar a comunidade escolar para as conquistas em termos de igualdade e lembrar o percurso que ainda é necessário percorrer para uma igualdade de facto.	1ª quinzena de Março de cada ano civil.	- Sensibilizar anualmente pelo menos 1500 jovens dos 3 concelhos	- N° de participantes; - N° de escolas e entidades envolvidas; - N° de eventos, tipo e local.	- Câmaras - CooLabora - Parceria	- Material de divulgação; - Logística; - Dinamização das escolas e coordenação dos eventos.

Eixo 2 – Trabalho e Emprego

Acções	Objectivos Específicos	Calendarização	Metas	Indicadores	Promotor(es) e parcerias	Recursos
6. Atribuir anualmente um prémio intermunicipal (um “selo”) às organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, que se distingam na implementação de iniciativas de promoção igualdade de género na esfera laboral.	Premiar e incentivar os esforços das entidades locais na promoção da IG no trabalho e dar visibilidade a iniciativas já em curso.	Anualmente, de Janeiro a Maio	- Sensibilizar anualmente pelo menos 20 organizações públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, dos 3 concelhos (cidade de realização da sessão anual a definir por sorteio)	- N.º e tipologia de organizações participantes; - N.º de selos atribuídos, por tipologia de organizações.	- Municípios com apoio técnico da Coolabora e parceria	Dinamização do concurso; Logística relativa à sessão anual.
7. Criar um site e colocar on-line as boas práticas candidatadas ao prémio e as práticas distinguidas (de acordo com o ponto anterior).	Sensibilizar as organizações locais para as discriminações de género patentes na esfera laboral e informar sobre estratégias promotoras da igualdade.	Anualmente, de Janeiro a Junho	- Identificar e divulgar pelo menos 15 práticas bem-sucedidas	- N.º de práticas registadas no prémio; - N.º de acessos ao catálogo on-line.	- Municípios com apoio técnico da Coolabora e parceria	Site; Design gráfico.
8. Organizar uma conferência sobre práticas significativas de promoção da igualdade de género ao nível municipal.	Promover a partilha de conhecimento entre municípios, academia e demais instituições.	Realização bienal (Outubro 2018 e Outubro de 2020)	- Sensibilizar pelo menos 90 participantes dos 3 concelhos	- N.º de participantes; - Avaliação da acção pel@s participantes.	- Universidade da Beira Interior - Coolabora - Municípios	- Orador@s; Local; Logística.
9. Organizar uma sessão sobre práticas significativas de promoção da igualdade de género no trabalho e no emprego, integrada no dia da igualdade salarial.	Promover a partilha de conhecimento entre organizações sobre práticas positivas de promoção da igualdade no trabalho e no emprego.	Realização anual	- Sensibilizar anualmente pelo menos 30 participantes	- N.º de participantes; - N.º de organizações participantes; - N.º de práticas apresentadas; - Avaliação da acção pel@s participantes.	- Municípios - Coolabora - IEFP - Universidade da Beira Interior	- Orador@s; Local; Logística.

Eixo 3 – Prevenção e combate à violência doméstica e de género

Acções	Objectivos Específicos	Calendarização	Metas	Indicadores	Promotor(es) e parcerias	Recursos
10. Realizar uma acção formativa com 90 horas com certificação "TAV" para pelo menos 14 participantes, no âmbito do projecto da CooLabora aprovado pelo POISE.	Formar técnic@s que actuem no domínio da Violência Doméstica e/ou da prevenção da vitimização ou revitimização.	Outubro 2017 a Março 2018	- Formar 14 técnic@s de apoio a vítimas com certificação TAV - Reforçar o n.º de pessoas da região com esta especialização	- N.º de formand@s; - N.º de pessoas certificadas; Avaliação da acção pel@s participantes.	- CooLabora - Parceria	Formador@s; Logística; Recursos pedagógicos.
11. Garantir o funcionamento dos GAVVD de Belmonte, Covilhã e Fundão	Prestar apoio a vítimas de violência doméstica e de género.	Permanente	- Apoiar, pelo menos, 120 novas vítimas por ano	Dados do relatório anual de execução.	- CooLabora - Municípios - Membros da parceria	Equipa de apoio a vítimas.
12. Realizar trimestralmente encontros da parceria alargada e organizar anualmente 2 momentos formativos estruturados.	Fomentar o trabalho de rede entre organizações com intervenção na prevenção e combate à violência doméstica e de género.	Todos os trimestres	- Realizar 4 encontros/ano com a participação de 80% dos membros - Realizar 2 formações/ano, no âmbito das reuniões trimestrais	N.º de participantes; N.º de encontros; Auto-avaliação da parceria; Avaliação pel@s participantes.	- Membros da parceria	Formador@s para sessões semestrais; Logística.
13. Realizar anualmente, pelo menos, 2 sessões formativas para profissionais com actuação de especial relevância junto de vítimas (forças de segurança, operadores dos serviços de saúde, advogad@s, magistrad@s, jornalistas, etc.).	Reforçar as competências técnicas de intervenção na área da violência doméstica e de género junto de públicos estratégicos.	2017-20 2 acções por ano	- Realizar 2 acções/ano com pelo menos 15 participantes em cada acção	N.º de acções; N.º de participantes; Avaliação pel@s participantes.	- CooLabora - Parceria	Formador@s Logística
14. Organizar anualmente em cada concelho uma sessão pública (debates, exposições, performances,...) por ocasião do dia 25 de Novembro (Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres).	Sensibilizar a comunidade para um posicionamento activo na luta contra a violência doméstica e de género.	Novembro de cada ano	- Realizar anualmente 3 sessões públicas, uma por concelho, com pelo menos 120 participantes	- N.º de participantes; - Avaliação pel@s participantes.	- CooLabora - Municípios e - Parceria	Materiais de divulgação.
15. Organizar anualmente uma exposição itinerante nos 3 concelhos sobre igualdade de género e violência.		Maio/Junho de cada ano	- Realizar 3 exposições - Visita a cada uma das exposições de, pelo menos, 400 pessoas	- Registos do livro de visitas das exposições; - N.º de visitantes; - Recortes de notícias da imprensa.	- CooLabora - Municípios de Belmonte, Covilhã e Fundão - Parceria	Local da exposição; Seguro; Transporte.
16. Realizar uma campanha sobre a violência doméstica em cada concelho (concepção pelos gabinetes de comunicação dos municípios) e afixação nas sedes de concelho e nas freguesias.		Anualmente, entre Julho a Novembro	- Sensibilizar os gabinetes de comunicação dos municípios - Sensibilizar a população	- N.º e tipo de suportes publicitários expostos; - N.º de freguesias abrangidas; - Avaliação da campanha pela parceria.	- municípios - CooLabora	Equipa de design e comunicação; Impressão de tarjas e material de divulgação.

Eixo 4 - Participação cívica, liderança e acção política para mulheres

Acções	Objectivos Específicos	Cronograma	Metas	Indicadores	Promotor(es) e parcerias	Recursos
17. Atribuir o galardão intermunicipal “Mulheres Notáveis” (nomeação pela parceria e júri independente).	Promover a participação das mulheres na esfera pública através do incremento da visibilidade daquelas que têm já um papel relevante.	Anualmente, dia 24 de Outubro (Dia Municipal para a Igualdade)	- Divulgação junto da comunidade do percurso de 5 mulheres/ano para que possam ser uma referência e inspirar outras mulheres e raparigas	- N.º de mulheres nomeadas; - N.º de mulheres distinguidas; - Visibilidade dos eventos na C. Social.	- CooLabora - municípios - Parceria	Regulamento; Júri; Prémio simbólico.
18. Organizar um ciclo de workshops sobre liderança para mulheres: falar em público; liderança de organizações; participação cívica.	Incentivar a participação das mulheres na esfera pública.	Semestralmente	- Empoderamento de 15 participantes ano	- N.º de participantes; - Avaliação da acção pelas participantes; - Temas abordados.	- CooLabora - UBI - municípios - Associação Pinus Verde	Formador@s; Logística.

Plano Intermunicipal para a Igualdade — Belmonte, Covilhã e Fundão 2017-2020



COOLABORA^{CRL}
—
INTERVENÇÃO
SOCIAL

